

Propostas para a Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro, construídas na Reunião da Comissão de Educação/Cultura CEDIND em 08 de Janeiro 2021:

Considerando o **Plano de Ação Estratégica** do CEDIND para 2021, foram discutidos, na reunião da **Comissão de Educação e Cultura**, no dia 08/01/2021, pontos para uma melhor definição das nossas ações:

Propostas para a Secretaria Estadual de Educação sobre a Educação Escolar Indígena para as Aldeias da Costa Verde:

SOBRE A SITUAÇÃO DA DIRETORA DO COLÉGIO INDÍGENA ESTADUAL GUARANI KARAI KUERY RENDÁ:

- 1) No ano de 2019, foi feita uma reunião na aldeia Sapukai onde a comunidade exigia o afastamento da diretora. Nesta ocasião a comunidade pediu a presença da professora Marize Vieira de Oliveira, coordenadora do setorial de educação e cultura do CEDIND para assistir e secretariar a memória da reunião. Foi feito uma ata e a comunidade entregou um abaixo-assinado produzido e assinado pela comunidade escolar de Sapukai e enviado para o CEDIND. Até o presente momento nada foi modificado. A comunidade, inclusive, fez um ato cobrando providências que foi postado na internet exigindo o afastamento da diretora e, ainda assim, nada mudou. Neste sentido, é necessário cobrar soluções para o problema.
- 2) Que o CEDIND cobre a transparência dos recursos que o governo envia para o Colégio, já que em uma reunião formal com a diretora já foi pedido à própria e aguardamos informações até o presente momento.
- 3) Importante resgatarmos junto ao MEC o Documento final da I Conferência Estadual de Educação Básica do MEC no Estado do Rio de Janeiro, para memória da luta dos povos indígenas em defesa da Educação Escolar Indígena, suas necessidades, inclusive a proposta aprovada no GT indígena de eleições diretas para diretores indígenas no Colégio CIEGKKR, que na época era escola estadual.
- 4) Criação do Cargo de Professor Indígena pela Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro, proposta esta que foi construída na reunião entre SEPE/RJ, Comunidades Guarani e AIAM e a Comissão de Educação da ALERJ (Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro).

5) Implementar a EJA (Educação de Jovens e Adultos), segundo a demanda de cada aldeia.

6) Produção de livros paradidáticos, cartilhas e outros materiais em guarani que podem ser confeccionados entre professores guarani em parceria com as universidades públicas.

7) Garantia do ensino bilíngue, levando em consideração o reforço a língua indígenas.

8) Abertura de nova turma do Curso de Formação de Professores Indígenas em parceria entre SEEDUC/UFF, agora em 2021.

9) Que a SEEDUC em parceria com a Comissão de Educação e Cultura do CEDIND e Universidades Públicas fomente a construção de um curso de formação para professores sobre a História e Cultura Indígena, garantindo a aplicabilidade da lei 11.645/08 nas escolas em todo o território estadual do Rio de Janeiro.

10) Efetivar o Regime de Colaboração, construindo um Plano de Ação conjunto com Municípios de Maricá, Angra dos Reis e Parati, mediados pelo CEEEI-RJ, previsto na Constituição e na LDB.

11) Contrato imediato de professores do 1º Segmento, para todas as aldeias da Costa Verde, 1º e 2º segmento do Ensino Fundamental.

12) Implantar o Ensino Médio regular no Colégio Indígena; (com a construção de três salas de aula: uma para o Ensino Médio e 2 para o Fundamental).

13) Elaborar projeto de reposição das aulas perdidas por falta de contratação de professores no calendário letivo do CIEGKKR para a necessária regularização dos anos letivos anteriores;

14) Construção de novas salas de aula no colégio e a demais salas de extensão das aldeias da Costa Verde.

15) Adquirir Material Escolar para todas as unidades.

16) Construir salas de informática no Colégio e suas respectivas salas de extensão.

Propostas para a Secretaria Municipal de Educação de Maricá sobre a Educação Escolar Indígena para as Aldeias de Itaipuaçu e São José de Imbassai:

17) Reiterar o convite ao Conselho de Educação Indígena do Estado do Rio para participar, como convidado permanente, da Comissão de Educação e Cultura do Cedind; Com relação à Secretaria de Educação de Maricá que atende as duas escolas localizadas nas aldeias guarani Ara Hovy (em Itaipuaçu) e Tekoa Ka'Aguy Ovy Porã (em São José de Imbassai), recomendamos fortalecer a contratação de professores guarani, pois até hoje predominam os professores não indígenas. Considerando que na região são poucos os que possuem formação específica para atuar em escolas indígenas (magistério e/ou licenciaturas indígenas e interculturais), é fundamental garantir que os professores guarani atualmente contratados possam continuar sua função docente em 2021. Para tanto, recomendamos: estender a contratação dos três professores guarani que atuaram em 2019-2020; e criar os mecanismos para realizar concurso específico para garantir estabilidade no cargo.

18) As duas escolas somente oferecem Ensino Fundamental I e os jovens devem se deslocar para outras escolas (não indígenas) para dar continuidade à sua formação. Recomenda-se que a Secretaria promova parceria e articulação com as escolas de Ensino Fundamental II que receberão esses jovens e formação adequada e sensível à diversidade aos docentes dessas instituições.

19) Por outro lado, considerando a necessidade de ampliar a formação de ensino médio dos jovens guarani e contar com mais docentes indígenas nas duas escolas, recomenda-se estabelecer parceria com a Seeduc e com o IEAR da UFF que coordenam o curso de Ensino Médio com Habilitação em Magistério Indígena Guarani do Estado do Rio de Janeiro”, para que os integrantes das duas aldeias tenham apoio para transporte até Angra dos Reis, para as etapas presenciais desse curso.

20) A fim de valorizar a cultura e língua das duas comunidades guarani e combater a preocupante situação de preconceito de um setor da população de Maricá, recomenda-se à Secretaria de Educação e à Secretaria de Direitos Humanos dar continuidade ao curso guarani oferecido em 2019 de forma gratuita e aberta aos moradores de Maricá, o qual gerou grande procura e interesse.

Propostas para o CEDIND sobre a questão cultural indígena:

1) Planejamento de uma agenda de trabalho para definição de estratégias de mobilização das comunidades indígenas do estado do Rio de Janeiro para, a partir do seu protagonismo e interesses, garantir o seu direito constitucional à diversidade linguística,

dando o suporte devido à iniciação dos processos de **co-oficialização das línguas indígenas**, num primeiro movimento, da língua Guarani Mbya, nos municípios de Angra dos Reis, Parati e Maricá, através da identificação e montagem de equipes locais; articulação com colaboradores externos; preparação do campo em cada aldeia nesses referidos municípios;

2) Mobilização social das comunidades falantes do Guarani Mbya, como língua materna, no Rio de Janeiro a partir da realização de encontros regionais, seminários temáticos, coleta de depoimentos com os falantes nativos, reunindo dados das aldeias em Angra dos Reis, Parati e Maricá, de modo a constituir um diálogo para salvaguarda das línguas indígenas com as instituições locais de base indígena;

3) Realização de pesquisa de campo e pesquisa documental por meio virtual sobre as línguas indígenas faladas no Rio de Janeiro. Em cada local, a pesquisa de campo será precedida por encontros/rodas de conversa virtuais, com falantes nativos, visando à mobilização social da comunidade indígena, detentora de uma língua indígena, como língua materna, e o levantamento de dados que irá embasar a elaboração do dossiê sobre a situação linguística das línguas indígenas no estado do Rio de Janeiro;

4) Elaboração da Documentação para instrução dos processos de **co-oficialização da língua Guarani Mbya** junto aos poderes públicos dos municípios de Angra dos Reis, Parati e Maricá como forma de promover e incentivar a consolidação de políticas linguísticas, no estado do Rio de Janeiro, vinculadas à cultura, à educação e ao favorecimento da diversidade linguística;

5) Elaboração de um documento técnico/relatório sobre as ações culturais promovidas pelas comunidades das aldeias indígenas nos municípios de Angra dos Reis, Parati e Maricá de modo a dar a conhecer o calendário das festividades e a produção cultural indígena, que permitam colocar em relevo características específicas das manifestações culturais indígenas a partir da descrição detalhada de cada uma delas.

6) Promover ações voltadas ao trabalho com Patrimônio Cultural, considerando que há a possibilidade de existência de dois bens Registrados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no estado do Rio de Janeiro: a “Tava, lugar sagrado para o povo Guarani”, e a “Língua M’Byá Guarani”. Cujos órgãos sugeridos são: Inepac/Secec.

7) Propor diálogo entre a Comissão de Educação e Cultura do CEDIND e o Iphan para conhecer como tem ocorrido a gestão desses bens no território do Estado do Rio de Janeiro.

8) Propor um primeiro diálogo entre a direção do Inepac, o Cedind e as aldeias localizadas no Estado do Rio de Janeiro, a fim de criar projeto para acautelamento (Tombamento, Registro ou Inventário) de práticas culturais, lugares, localidades, edificações ou objetos que as comunidades indígenas considerem como parte de seus patrimônios.

9)Mapeamento dos patrimônios indígenas no Estado do Rio de Janeiro e garantir junto aos órgãos que os guardam, que haja acesso e visibilidade a este patrimônio, principalmente à população indígena, política que pode ser construída entre CEDIND, INEPAC, IPHAN e IBRAM.

10)Resgatar a História de Uruçumirim e a primeira grande guerra no território de Pindorama, silenciada e invisibilizada na Cidade do Rio de Janeiro. É importante que esta e outras histórias indígenas deste estado sejam contadas e que haja memoriais que ajudem a população carioca e fluminense a saber de sua história.